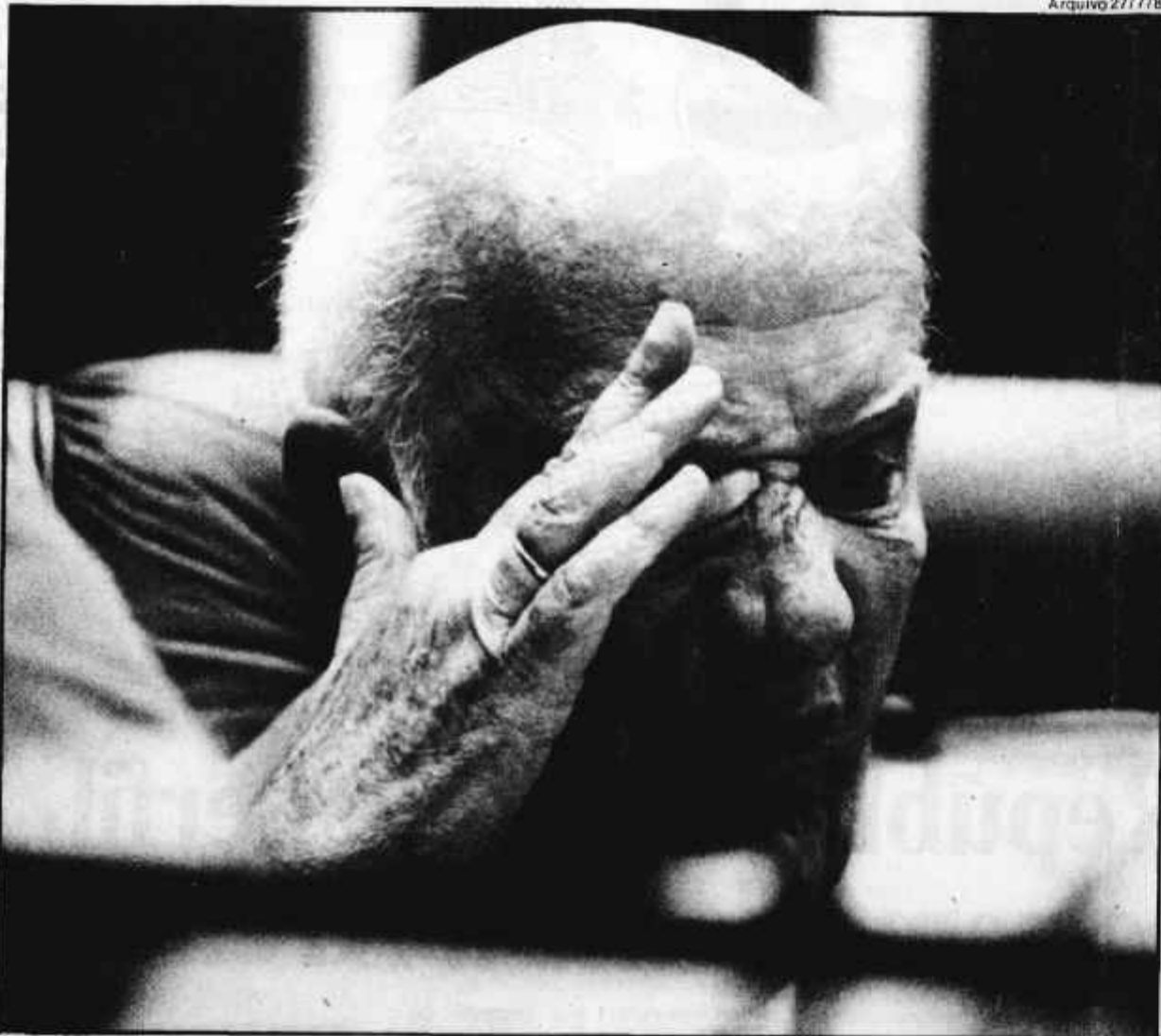


Mandato será decidido no voto, afirma Ulysses



Arquivo 27/1/87

O presidente da Constituinte deputado Ulysses Guimarães, discordou da afirmação do presidente José Sarney de que já está garantida a aprovação do mandato de cinco anos. Perguntado por jornalistas se tinha a mesma certeza de Sarney, Ulysses respondeu secamente: "Não, a Assembléia constituinte só decide com a votação".

Segundo Ulysses, "antes da votação no plenário essa matéria não pode ser considerada decidida. De forma que temos que aguardar indiscutivelmente, até para a independência do plenário e da Constituição, a manifestação dos constituintes".

As afirmações do presidente da Assembléia foram feitas no início da tarde, na cerimônia de casamento da filha do ex-deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG). Antes, Ulysses reuniu-se com o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, para analisar os pareceres que estão sendo dados às emendas. Cabral já analisou, segundo Ulysses, cerca de 800 das duas mil emendas

apresentadas. "O trabalho prosperou bem" animou-se Ulysses.

Segundo o senador José Fogaça (PMDB-RS), um dos relatores adjuntos de Cabral, as emendas estão sendo divididas em duas categorias, as emendas "bem amadas" e as "mal amadas". As primeiras serão contempladas com parecer favorável de Cabral e poderão ser votadas em bloco. Neste caso estão todas as propostas do "Centrão" já que, segundo Fogaça, quem conseguiu reunir 280 assinaturas terá automaticamente o parecer favorável do relator. Para rejeitar estas emendas, será preciso pedir destaque separadamente e apresentar no plenário 280 votos contrários.

Nas emendas "mal amadas" não haverá nenhum "privilegio". Estas emendas com parecer contrário do relator serão obrigadas a reunir 280 votos para aprovação, depois de conseguir o destaque para votação em separado. No caso das emendas de parlamentarismo e presidencialismo, que conseguiram mais de 280 votos, o relator fará uma opção pessoal pela que considerar mais adequada.

Montoro vê ameaça à eleição

São Paulo — O ex-governador Franco Montoro afirmou ontem que as eleições diretas para 1988 estão ameaçadas em função das 317 assinaturas de apoio a uma emenda do deputado Mateus Iensen (PMDB-PR) que propõe um mandato presidencial de cinco anos. Mas, está convencido de que o voto em plenário acabará "confirmando a vontade popular" de reduzir o mandato do presidente Sarney para

quatro anos.

Montoro disse que a intensificação da atuação do Governo e do Centrão em favor dos cinco anos está provocando uma reação igual e contrária entre os adeptos da redução do mandato presidencial. Ele acrescentou que a tendência, a médio prazo, será a unificação de todos os pequenos movimentos que já existem com este objetivo.

Ulysses contesta afirmações que dão como praticamente assegurada a aprovação dos 5 anos



Arquivo 07/10/87

Para Maciel, transição acabou

Maciel mantém a defesa dos 4 anos

Recife — O presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel, disse ontem que não pretende mudar sua decisão de continuar lutando pelos quatro anos de mandato para o presidente José Sarney, ao contrário do que pensa o líder do PFL na Câmara Federal, deputado José Lourenço, que não descartaria a possibilidade de o senador pernambucano engrossar as fileiras dos que defendem os cinco anos.

"Eu não subscrevi a emenda que consagra os cinco anos para o atual presidente", fez questão de lembrar Maciel afirmando que tem esperanças que o povo venha eleger seu Presidente ainda este ano. "Já que esperou quase 30 anos para eleger o Presidente da República pela forma direta".

"A minha posição é clara desde o início. Entendo que o processo de transição tem que ter na Constituinte seu ponto mais alto e, concluídos seus trabalhos, deve-se realizar a eleição presidencial, pois aí se encerra o processo de transição, que já se prolonga excessivamente. Vivemos a mais longa transição de toda a história do País, e devemos apressar esse processo", argumentou Maciel. Como presidencialista, o senador do PFL disse que se for aprovado o parlamentarismo, ele poderá causar uma grande frustração no povo "que espera eleger seu chefe de Estado e de Governo". Convocar o povo para votar em um presidente "que não vai chefiar o País" irá provocar "uma grande frustração em toda a população".

Mesmo admitindo que o Centrão tem votos para aprovar os cinco anos de Governo para Sarney, Maciel acha "que muita água ainda vai rolar debaixo da ponte". Os líderes do Centrão, segundo ele, são muito ligados ao Presidente. "E isso ajuda a consolidar a emenda dos cinco anos, mas o sistema de governo será votado antes do tempo de mandato, e isso vai influir na decisão sobre este último e não acho provável que essa ordem de votação seja invertida, pois precisaria de um acordo político, e os partidos contrários à mudança da ordem de votação destes dois temas podem decidir pela obstrução". Afirmou Maciel.

Sobre o fato do próprio candidato oficial do partido, Ministro Aureliano Chaves, ter declarado não acreditar em eleições e sim apenas em trabalho e seriedade, Maciel disse que "isso é fruto da abertura que há no PFL, onde cada um advoga o que entender por certo". Aproveitou para dizer que não se sentia isolado, embora cada vez mais os colegas de partido se decidam pelos cinco anos de mandato.

Chiarelli condena otimismo

Porto Alegre — As emendas propondo os sistemas parlamentarista e presidencialista possuem, juntas, 694 assinaturas, portanto 135 a mais do que o número de constituintes. Isto significa que muitos parlamentares assinaram as duas e na hora de votação terão que se decidir por uma. Com este exemplo, o senador Carlos Chiarelli, líder do PFL no Senado, justificou sua opinião de que as 317 assinaturas na emenda dos cinco anos para o presidente Sarney não garantem a sua aprovação em plenário.

Ao contrário, Chiarelli entende que prevalecerá a tese dos quatro anos porque se trata de um clamor popular. E este será o seu voto, garante o senador, argumentando que não se trata de uma decisão pessoal mas sim de atender à vontade do povo de escolher seu Presidente. Chiarelli reiterou que está disposto, inclusive, a abrir mão de três anos do seu mandato para que em 15 de novembro próximo ocorram eleições gerais.

Por tudo isso, Chiarelli acha "uma insensatez e uma precipitação temerária dizer que a emenda dos cinco anos está garantida". Ele lembra que na Comissão de Sistematização foi anunciada que havia 55 votos a favor dos cinco anos e na hora da decisão a tese dos quatro saiu vitoriosa com o apoio de 48 constituintes contra 45. E Chiarelli encerrou com uma previsão que reforça seu raciocínio.

"A inflação de 87 e a provável destes meses, superando os 16% ou 17%, além do governo não mostrar medidas práticas à contenção do déficit público, também irão pesar muito na decisão final dos constituintes".

PDS quatro anos

O deputado Victor Faccioni (PDS-RS) também defende os quatro anos de mandato para o presidente Sarney. Na sua opinião, "o povo brasileiro está perplexo diante do apego ao poder por parte dos dirigentes máximos do País". Para o deputado constituinte, "só um milagre evitará as eleições em 1988".

Paes Andrade defende purificação do PMDB

O 1º Secretário da Câmara, Paes de Andrade, um dos fundadores do antigo grupo "autêntico", exortou ontem os peemedebistas "históricos" a abandonarem a idéia de desligamento do Partido, considerando que se isso acontecer o PMDB "ficará nas mãos daqueles que pretendem controlá-lo em favor da direita mais conservadora e contra a plataforma das mudanças sociais, econômicas e políticas" pelas quais a oposição lutou durante o autoritarismo militar.

"E preciso que o PMDB, se necessário, faça até sua guerra civil partidária. Uma guerra civil de idéias, de debates públicos, com veemência e clareza. Enfim, faça-se tudo para o PMDB purificar-se, restaurar-se". Apesar dessa linguagem, Paes de Andrade esquivou-se de aprofundar comentários sobre a hipótese de um expurgo no Partido, como desejam representantes da esquerda peemedebista.

Ainda segundo o parlamentar cearense, os peemedebistas que pretendem ser fiéis à história do partido não podem "aderir à União Democrática Ruralista ou ao Centrão", nem "transigir com os que servem de instrumento ao capitalismo selvagem brasileiro, a empresas multinacionais e a interesses estrangeiros, e que se opõem aos direitos básicos dos operários e camponeses".

Paes assinou a convocação do diretório nacional do Partido, feita pelos "históricos", mas esclarece que apoiou a iniciativa apenas

"para prestigiar os companheiros que consideram essencial tal providência". Na opinião do 1º Secretário da Câmara, a pauta a ser votada pelo diretório, incluindo a proposta de rompimento do PMDB com o governo, é "matéria específica da Convenção Nacional".

"As coisas ainda não amadureceram suficientemente para que o PMDB tome, como deverá tomar, uma série de decisões estratégicas. Há uma crise nacional, de crescente gravidade, a refletir-se no Palácio do Planalto, na Assembléia Nacional Constituinte e em todos os órgãos de decisão econômica, a começar pelo Ministério da Fazenda".

"Provocar a desagregação ou a implosão do PMDB, numa hora de crise (em que a inflação já chega a 15% ao mês), é inconcebível", diz o deputado, sugerindo que, ao invés da implosão os peemedebistas partam para um "reflexão profunda" e para uma consulta às bases que leve à reconstrução da unidade do maior partido brasileiro, sem abandonar o seu programa básico". Reconhece Paes que existem no PMDB nomes que "fizeram campanha usando o programa, as teses e o espírito do Partido e que hoje estão instalados no Centrão ou nos corredores do poder". Mas que, apesar disso, o PMDB não é um partido conservador do ponto de vista ideológico, tendo abrigado, já na sua origem, "todas as vertentes reformadoras do País" — dos "juscelistas" aos marxistas, passando pelos socialistas e pelos trabalhistas.